

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANANINDEUA
CONTROLADORIA GERAL

PARECER DO CONTROLE INTERNO

Em atendimento à determinação contida no §1º, do art. 11, da RESOLUÇÃO Nº. 11.410/TCM de 25 de fevereiro de 2014, este Controle Interno DECLARA, para os devidos fins, junto ao Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, que analisou integralmente os autos do **Processo Administrativo nº 835/2023**, que concerne no **1º Termo de Apostilamento ao Contrato nº 008/2022-SESAN/PMA**, celebrado com o **Sr. Augusto Cesar Viana Soares, inscrito no CPF nº 096.999.962-34**, que tem como objeto a locação de imóvel particular de 02 (dois) pavimentos, situados na Rua Oiapoque, quadra D, nº 42, Bairro do Coruçamba, destinado ao funcionamento do Anexo da sede da Secretária Municipal de Planejamento, Orçamento e Finanças de Ananindeua, **com vigência no período de 10/08/2022 a 10/08/2023**. O presente Termo de Apostilamento consiste na readequação da dotação orçamentária em virtude da alteração da Fonte de Recursos, o mesmo encontra-se assinado pela **Sra. Ana Maria Souza de Azevedo, Secretária Municipal de Planejamento, Orçamento e Finanças em 10 de janeiro de 2023**.

Consta nos autos Justificativa, assinada pela **Sra. Ana Maria Souza de Azevedo, Secretária Municipal de Planejamento, Orçamento e Finanças**.

Conforme informações contidas nos autos. Com base nas regras insculpidas pela Lei n.º 8.666/93 e demais instrumentos legais correlatos, pelo que declara, ainda, que o referido **Termo de Apostilamento** encontra-se:

() Revestido de todas as formalidades legais, nas fases de habilitação, julgamento, publicidade e contratação, estando apto a gerar despesas para a municipalidade;

() Revestido parcialmente das formalidades legais, nas fases de habilitação, julgamento, publicidade e contratação, estando apto a gerar despesas para a municipalidade, embora apresente a(s) seguinte(s) ressalva(s):

() Com irregularidades de natureza grave, não estando apto a gerar despesas para a municipalidade, conforme a(s) impropriedade(s) ou ilegalidade(s) enumerada(s) a seguir:

Salvo melhor juízo, este Controle Interno entende que o **Termo de Apostilamento** supramencionado encontra-se **revestido de todas as formalidades legais**, porém solicitamos atenção para o prazo para a publicação no mural do TCM, **conforme as exigências do Art. 2º da Resolução Administrativa nº 043/2017/TCM-PA, de 19 de dezembro de 2017 do Tribunal de Contas dos Municípios - Pará, Art. 6º (...), II – na fase de resultado, até 30 dias após a assinatura do contrato, termo aditivo ou instrumentos congêneres**, desta forma segue os autos, podendo a administração pública dar sequência a realização e execução das referidas despesas e, por fim, DECLARA estar ciente de que as informações aqui prestadas estão sujeitas à comprovação por todos os meios legais admitidos, sob pena de crime de responsabilidade e comunicação ao Ministério Público Estadual, para as providências de alçada.

Ananindeua-Pa, 02 de fevereiro de 2023